

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.636 - RJ (2019/0294257-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADOS : ANDREIA TEIXEIRA MORET PACHECO**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : RAFAEL EMANUEL DOS SANTOS**  
**PACIENTE : CONSTANCIA DE OLIVEIRA E SILVA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL EMANUEL DOS SANTOS e CONSTANCIA DE OLIVEIRA E SILVA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, objetivando, liminarmente e no mérito, a cassação do acórdão impugnado, a fixação da pena-base de Rafael no mínimo legal, a aplicação do § 2º do art. 155 do CP a ambos os pacientes, e a imposição somente de pena de multa.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão deduzida, *in casu*, é claramente satisfativa, sendo de igual modo inviável a suspensão dos efeitos do acórdão, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, após a regular instrução do feito, assim garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Oportunamente, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

